

Título: Informe econômico

Veículo: Jornal Regional

Cidade: São Miguel do Oeste (SC)

Data: 10.12.2016

Página: 6

INFORME ECONÔMICO

Colaboração da assessoria de imprensa
do Conselho Regional de Contabilidade



Curso no CRCSC aborda Elaboração de Notas Explicativas e o Novo Relatório do Auditor Independente

Na última sexta-feira (2/12) o CRCSC promoveu mais um Curso do Programa Educação Continuada, que abordou as novidades na Elaboração de Notas Explicativas e o Novo Relatório do Auditor Independente. A capacitação foi dada pelo presidente da 6ª Seção Regional do

IBRACON, contador Marcelo de Deus Saweryn e o diretor técnico da entidade, Paulo Ricardo Pinto. Na parte da manhã, os participantes discutiram as alterações e ações necessárias para produzir o novo Relatório do Auditor Independente.

O diretor técnico da 6ª Se-

ção Regional do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) Paulo Ricardo Pinto Alaniz conduziu o curso sobre Notas Explicativas. O palestrante destacou questões voltadas às estruturas de apresentação das demonstrações contábeis; os pontos de

aprimoramento das notas explicativas, a divulgação de políticas contábeis, entre outros aspectos. Logo após da explanação, os participantes esclareceram dúvidas e compartilharam situações vividas no exercício da profissão relacionadas aos dois assuntos.

Aprovado projeto que permite destruição do original de documento digitalizado

O documento digitalizado e certificado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) terá o mesmo valor legal do documento físico que lhe deu origem. A medida é prevista no substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 146/2007 aprovado na última quarta-feira (7/12) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), a proposta original autoriza a eliminação do original do documento após a digitalização certificada.

O relator, senador José Mara-

nhão (PMDB-PB), apresentou o substitutivo, que será submetido a turno suplementar de votação na próxima reunião da CCJ. De acordo com o PLS 146/2007, a digitalização de documentos e o armazenamento em mídia ótica ou digital autenticada serão realizados por empresas ou cartórios devidamente credenciados.

O projeto abre prazo de 90 dias, a partir de sua conversão em lei, para o governo regulamentar a matéria, indicando os requisitos para o credenciamento das empresas e dos cartórios autorizados a realizar esses serviços.

Consulta Pública da Receita Federal

Está disponível para consulta pública minuta de instrução normativa (IN) que dispõe sobre a identificação das contas financeiras em conformidade com o Padrão de Declaração Comum (Common Reporting Standard – CRS).

Para atender ao disposto na Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária (Convenção Multilateral – CML), o Brasil assinou, em 21 de outubro de 2016, o Acordo Multilateral de Autoridades Competentes – CAA, que define critérios para que as jurisdições adotem o intercâmbio de informações no contexto do CRS.

O Brasil fará o primeiro intercâmbio do CRS em 2018, com dados relativos ao ano-calendário de 2017. Assim, a minuta da IN apresenta as orientações para que as pessoas jurídicas obrigadas à apresentação da e-Financeira, instituída pela IN RFB nº 1.571, de 2015, efetuem os procedimentos de diligências necessários para identificação das contas financeiras em conformidade com o Padrão de Declaração Comum.

Concessões públicas passam a ter novas regras de contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 05), que trata das regras de contabilização das concessões públicas. A iniciativa integra o processo de convergência das normas contábeis da área pública aos padrões internacionais, responsável pela edição, apenas neste ano, de outras quatro normas, além da Estrutura Conceitual.

A NBC TSP 05 padroniza a forma de contabilização das concessões, está alinhada às boas práticas aplicadas em todo o mundo e retira qualquer dúvida sobre a quem pertence o patrimônio

concedido, “É comum vermos governos com dificuldade de assumir, em seus registros contábeis, os passivos relacionados a um determinado bem concedido, visto que isso pode ter impacto do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal. A norma retira essa dúvida”, afirma o coordenador de Suporte às Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional, Bruno Mangualde. Ele foi o relator da regra no grupo de trabalho instituído pelo CFC para preparar a conversão, o Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Grupo da Área Pública).

Publicado o Edital do 1º Exame de Suficiência 2017

Foi publicado no Diário Oficial da União no dia 5 de dezembro, Seção 3, Página 168 o edital do 1º Exame de Suficiência de 2017.

A prova será aplicada no dia 26 de março de 2017 e as

inscrições deverão ser efetuadas no período entre 10h do dia 19 de dezembro de 2016 e 23h59min do dia 19 de janeiro de 2017. Mais informações no site do CRCSC: www.crcsc.org.br